

ENFRENTANDO A QUESTÃO DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: A PARCERIA ENTRE PODER LOCAL E UNIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

FACING THE ISSUES OF THE DEVELOPMENT OF WORK AND INCOME: THE PARTNERSHIP BETWEEN LOCAL AUTHORITY AND UNIVERSITY IN THE MUNICIPAL DISTRICT OF PIRACICABA

Zildo GALLO¹

Lília Aparecida de Toledo Piza MARTINS²

Maria Thereza Miguel PERES³

RESUMO: a questão do emprego é de um espaço econômico maior que o município, ela depende das políticas macroeconômicas. Contudo, muito pode ser feito no espaço local. Neste sentido, este texto, redigido a partir da Proposta de Política Municipal de Geração de Trabalho e Renda, elaborada pelos autores para a Prefeitura Municipal de Piracicaba, busca discutir, a partir do caso de Piracicaba, SP, formas para gerar empregos e diminuir a exclusão social, destacando a importância da parceria entre os diversos atores sociais locais. O texto começa pela caracterização do município e aponta os problemas de seu crescimento à luz de critérios de sustentabilidade. A seguir, analisa a situação do emprego local, observando as mudanças na sua estrutura. As ações do setor público, voltadas ao emprego, são analisadas e são sugeridos possíveis caminhos. Ao final é avaliada a experiência de parceria entre a Prefeitura e a UNIMEP, realizada pela Incubadora de Cooperativas, ligada à Faculdade de Gestão e Negócios e à Rede Unitrabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; emprego; desenvolvimento sustentável; inclusão social; cooperativa.

1 O MUNICÍPIO DE PIRACICABA: CARACTERÍSTICAS E HISTÓRIA ECONÔMICA

Piracicaba está no centro do Estado de São Paulo, a 160 km da capital. Possui área de 1.312 km², com área urbana de 158 km² e rural de 1.154 km². Os seus principais rios são o Corumbataí e o Piracicaba.

¹ Professor Doutor da Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep - Piracicaba/SP, Brasil.

² Professora Doutora da Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep - Piracicaba/SP, Brasil.

³ Professora Doutora da Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Metodista de Piracicaba, Unimep - Piracicaba/SP, Brasil.

Segundo o Censo de 2000, o município conta com 328.312 habitantes, e 96% ocupam a área urbana. Na área rural há o predomínio da cana-de-açúcar. Esta cultura ocupa cerca de 46 mil hectares, 90,7% da área destinada à produção agrícola. Em 1997, Piracicaba contava com 1.042 empresas industriais, destacando-se os setores metal-mecânico e alimentos, entre outros. O setor de serviços é importante regionalmente e tinha 5.212 estabelecimentos (UNIMEP/FGN, 1997).

A economia açucareira paulista, entre 1930 e 1970, viveu intensa expansão. As usinas sofreram um processo de modernização que foi amparado pelo surto de industrialização de São Paulo. Piracicaba, que possuía forte tradição no cultivo da cana e na fabricação do açúcar não ficou de fora. Diversas usinas de açúcar surgiram e as existentes se expandiram. Ao mesmo tempo ocorreu o aumento da concentração fundiária, a compra de terras pelas usinas e a *expulsão* do pequeno produtor da cultura da cana. A aquisição de terras pelas usinas intensificou-se nos anos 1960.

Foi a partir dos anos de 1940 que o ritmo da industrialização no município se acelerou, intensificando-se entre 1950 e 1970. De produtor de açúcar o município transformou-se, a partir de 1940, em produtor de equipamentos para as usinas e destilarias, ampliando o setor metal-mecânico. Esse crescimento econômico não significou melhores condições de vida para toda a população, pois a miséria aumentou. Scarfon (1979), em *Crescimento e Miséria*, mostra que, em 1970, cerca de 8 mil famílias, 29% da população, dependiam das entidades assistenciais.

Nos anos de 1970, Piracicaba viveu um processo de ampliação e modernização industrial, expansão agrícola e do setor terciário e de urbanização. Em 1970, o município possuía 152.505 habitantes e, em 1980, a sua população superou os 200 mil. Entre 1970 e 1980, mais de 8 mil pessoas migraram do campo para a cidade, e o município recebeu mais de 38 mil de outras regiões (FIBGE). O número de estabelecimentos industriais, que em 1970 era de 620, ampliou-se para 749, em 1980. O número de pessoas ocupadas na indústria, passou de 11.867, para 24.349 (FIBGE). Contribuíram para a expansão urbana, industrial e agrícola do período tanto a criação do distrito industrial pelo governo municipal como a criação do Programa do Alcool pelo governo federal.

No início da década de 1970, em face da euforia provocada pelo *milagre econômico*, havia em nível local a certeza de ser este o melhor momento para trazer ao município novas indústrias e criar um distrito

industrial. Tal iniciativa voltou-se mais aos grupos *externos* à cidade e beneficiou um pequeno grupo local. Não foi uma iniciativa que se pautou pela parceria entre o público e o privado. Também se pode dizer que, ao planejar o crescimento industrial, o poder público não avaliou a capacidade de suporte do município e não considerou os problemas sociais e ambientais desse crescimento.

Cresceram os problemas habitacionais, as carências dos setores de saúde, educação, transporte, segurança e meio ambiente. No mesmo período em que ocorreu o crescimento industrial, aumentou a pobreza. Num curto espaço de tempo, o município viu crescer a sua periferia, num sinal claro de que a sua expansão se fez com degradação social e ambiental.

Em 1975, foi criado o Proálcool, que tinha como meta o incremento da produção de álcool e a sua venda como substituto da gasolina. Piracicaba, que possuía tradição no cultivo da cana, sentiu os impactos do Programa, ampliando a produção agrícola. Um dos reflexos da expansão da área cultivada com cana foi o deslocamento das demais atividades agrícolas. Acentua-se a monocultura canavieira e aumenta a concentração fundiária.

A expansão canavieira contribuiu para aprofundar a sazonalidade do trabalho. Os migrantes sem qualificação, que chegaram à cidade, foram absorvidos pela lavoura canavieira, da qual passaram a depender para sobreviver durante um período do ano. Essa atividade não lhes proporcionava condições dignas de vida: os salários eram baixos e as condições de trabalho precárias. Por outro lado, o Proálcool também impulsionou as atividades da indústria de bens de produção para a agroindústria canavieira.

1.1 A INSUSTENTABILIDADE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PIRACICABANO

O debate sobre o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem arriscar que futuras gerações não possam satisfazer as suas” (CMMAD, 1988), ganhou impulso na década de 1980. Esse conceito passou a constar de documentos importantes, como o *Nosso Futuro Comum*, por exemplo. Sachs (1993), que auxiliou no preparo das Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro, considera que o desenvolvimento deve respeitar cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A partir dessas dimensões será discutido o desenvolvimento de Piracicaba.

Piracicaba cresceu muito, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, tal crescimento deu-se criando externalidades negativas. Quando se planeja o crescimento, devem-se considerar simultaneamente as cinco dimensões da sustentabilidade. Ao se analisar o caso de Piracicaba, constata-se o desrespeito às cinco dimensões.

O crescimento econômico de Piracicaba estimulou a migração, o esvaziamento do meio rural e o inchaço da cidade, agravando os problemas de moradia, saúde, transporte, educação, entre outros. O problema habitacional, por exemplo, nota-se no aumento das favelas e no colapso da infra-estrutura urbana. Esse crescimento também distribuiu de forma desigual a renda do trabalho e provocou uma disputa pelos espaços, mercadorias e serviços entre os próprios trabalhadores. O que ilustrou bem esse fato foi a disputa pela ocupação dos espaços. A população de baixa renda deslocou-se para a periferia, cedendo lugar aos assalariados mais bem remunerados. Pode-se dizer que esse desenvolvimento não respeitou uma das dimensões da sustentabilidade: a social.

O desenvolvimento sustentável deve ser mais que crescimento. Exige mudanças na sua forma para torná-lo menos intensivo em matérias-primas e energia, e menos violento em seus impactos. Mudanças devem ocorrer para se preservar a reserva de capital ecológico, melhorar a repartição da renda e reduzir a vulnerabilidade às crises econômicas. Sobre a da renda, é bom ressaltar o seu papel na qualidade do crescimento. "O crescimento rápido aliado à má distribuição de renda pode ser pior do que um crescimento mais lento aliado a uma redistribuição que favoreça os pobres" (CMMAD, 1988, p. 56). O Brasil e Piracicaba são bons exemplos da primeira forma de crescimento.

O crescimento de Piracicaba criou pobreza e problemas ambientais. Para Sachs (1993, p. 34), "a saída do duplo nó da pobreza e da destruição do meio ambiente exige um período relativamente longo de mais crescimento econômico" e ele não pode criar custos sociais e ambientais. O crescimento deve ser avaliado mais em termos macrossociais do que pela rentabilidade microempresarial. Outra dimensão não foi considerada: a econômica.

O crescimento de Piracicaba também não levou em consideração a capacidade de suporte dos ecossistemas locais. A água, conforme dados da CETESB (1994 e 1998) e do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (2000), é o recurso

mais comprometido. Além de lançar os efluentes nos corpos d'água, o município consome muita água, tanto para uso doméstico como industrial. As usinas retiram um volume equivalente ao retirado pelo sistema de água local, e contribuem, na estiagem, para a queda da disponibilidade. O solo rural também está sobrecarregado. A cana-de-açúcar, ocupou terras impróprias à agricultura temporária, terras mais rasas, menos férteis e com alta declividade (MARTINS, 1995). As queimadas também têm causado incômodos à população. O desenvolvimento de Piracicaba não se sustentou ambientalmente.

Em relação ao uso do espaço não houve uma configuração rural-urbana equilibrada e uma boa distribuição da população e das atividades econômicas em função de: a) ocupação de áreas de risco com moradias; b) avanço da agricultura temporária em terras impróprias; c) diminuição da vegetação natural e matas ciliares. A expansão canavieira avançou por terras menos férteis e de maior risco de erosão. Estudo realizado pela ESALQ/USP (1992, aponta que, em face do cultivo da cana e das condições pedológicas e topográficas desfavoráveis à agricultura temporária, a microbacia do Ceveiro encontra-se com cerca de 34% de sua área em estado crítico.

A sustentabilidade cultural refere-se ao processo de modernização que se dá a partir da continuidade cultural e que respeita as especificidades naturais e culturais do local. Para Piracicaba, o crescimento rompeu uma continuidade, pois não considerou tais aspectos. Piracicaba nasceu e cresceu às margens do rio que lhe dá o nome. Por ele, mercadorias eram escoadas para a colônia Militar Iguatemi. Com o fim da colônia, o rio perdeu importância econômica, mas não saiu do imaginário de sua população. Com a expansão canavieira, o rio viveu um processo de morte lenta. Contudo, no período mais recente, a população descobriu alguns usos sustentáveis: aos poucos, atividades de cultura e lazer instalaram-se em suas margens, transformando a rua do Porto num espaço de convivência.

2 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO EMPREGO NO BRASIL

O Brasil, nas últimas décadas, viveu mudanças profundas na estrutura econômica, com impactos sobre a urbanização e o emprego. A urbanização acelerada e caótica deu-se muito mais em função da expulsão da população do campo do que por atração das cidades, impactando a dinâmica dos centros urbanos e do emprego.

Segundo Dowbor e Bava (1996, p. 8-9), no Brasil há cerca de 370 milhões de hectares de solo potencialmente bom para a agricultura. Deste total, os pequenos proprietários, representando mais de 3 milhões de estabelecimentos, ocupam somente 2,67%; em contrapartida, 50.105 estabelecimentos (1% do total) controlam 165 milhões de ha (44% do solo). Dos 370 milhões de terras boas para a agricultura, pouco mais de 50 milhões de hectares são efetivamente utilizados, o que expressa uma forte subutilização.

A concentração da propriedade é agravada pela expansão da monocultura, que absorve pouca mão-de-obra ou utiliza-a de forma sazonal, o que tem como efeito a desarticulação da formação de empregos estáveis. As famílias agrícolas migram para a periferia das cidades, onde são recrutadas pelos intermediários de mão-de-obra. O trabalhador rural que foi expulso das grandes propriedades e a monopolização do solo agrícola como reserva de valor fecharam a alternativa de se criarem pequenas e médias propriedades rurais. A população rural foi às periferias urbanas, acelerando o processo de urbanização.

Se nas décadas anteriores aconteceu o processo de *expulsão* do campo, na década de 1990 ocorreu a tecnificação da indústria e dos serviços, reduzindo a oferta de empregos nas cidades. Esta redução dá-se em função do próprio crescimento e da substituição do trabalho. A situação de muitos trabalhadores piorou e eles acabaram excluídos das poucas atividades urbanas a que tinham acesso. Assim, Dowbor & Bava (1996, p. 12) referem que no Brasil não é apenas o solo agrícola que é subutilizado; a mão-de-obra também é.

Em termos de emprego, o que se apresenta hoje é que o setor mais moderno da economia não terá condições de absorver o crescimento vegetativo da força de trabalho, o mesmo acontecendo com o desemprego já existente.

Então, para que uma estratégia baseada no mercado possa obter êxito, é preciso que os governos estabeleçam políticas de trabalho para resgatar os direitos básicos dos trabalhadores e a segurança de acesso à renda. Assim, diversos municípios, em outros países e no Brasil, têm realizado experiências inovadoras para a geração de empregos. Mesmo considerando que o emprego depende mais das políticas macroeconômicas, o poder local pode organizar a informação sobre os desempregados ou subempregados, identificar os nichos de emprego disponível e realizar uma microgestão de problemas.

2.1 O EMPREGO EM PIRACICABA

Em Piracicaba, o emprego formal, em 1999, atingia cerca de 20% da população, o que equivalia a 64,7 mil trabalhadores. Em 1999, 29,8% dos trabalhadores estavam na indústria, 20,6% no comércio e 34,6% no setor de serviços. Em termos gerais, em relação ao período 1989/1999, verifica-se uma redução no número de trabalhadores formais em 5,7%, menos 3.942 postos de trabalho. Em 1992, a redução foi mais acentuada, cerca de 10 mil postos a menos que em 1999. Observa-se, a partir de 1992, uma lenta recuperação, com oscilações negativas. Nos anos 90 reduz-se o emprego industrial em 29% (tabela 1).

No mesmo período, o comércio e o setor de serviços apresentam crescer O emprego no comércio tem uma variação positiva de 25,1% e no setor de serviços a variação é de 27,4%. Os dois setores somados apresentam um incremento de postos de trabalho de cerca de 7,5 mil, o que pode confirmar uma possível transferência de trabalhadores da indústria para o setor terciário (tabela 1).

TABELA 1 – Número de Empregados por Setor de Atividade - Piracicaba, SP - 1988 a 1999.

Ano	Extração Mineral	Indústria	Serviços Inds. de Utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Serviço Público	Atividade Rural	Outros	Total
1989	298	26917	190	3395	10659	17616	5571	1466	2612	68724
1990	185	23957	187	2706	9786	17638	3888	857	4596	63800
1991	266	21840	193	2358	9393	16901	4051	868	5969	61839
1992	226	20174	204	2024	8949	15804	3889	742	6693	58705
1993	250	20231	196	1896	9701	16135	3804	470	7560	60243
1994	139	19184	186	2097	10207	15300	4038	243	12208	62602
1995	130	22372	732	4200	10875	18700	3374	714	416	61513
1996	98	20862	665	3620	11686	20256	3335	819	68	61409
1997	91	19946	662	3875	12388	22642	4415	1394	33	65446
1998	48	18924	608	3975	12596	22159	4613	1351	4	64278
1999	79	19101	615	3150	13335	22448	5100	672	282	64782

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS

Elaborado pelo Banco de Dados Socioeconômicos do Curso de Economia - Unimep.

O que se verifica, com relação à escolaridade da população formalmente empregada na indústria, é uma redução dos postos de trabalho para pessoas com até a 4ª série do 1º grau. Para se ter uma idéia, em 1992, 31,2% dos trabalhadores da indústria de transformação tinham 4ª série completa; já em 1999, apenas 16,9% tinham a mesma

formação. Por outro lado, em relação aos trabalhadores com 8ª série completa, observa-se o inverso. Em 1992, 14,1% dos trabalhadores da indústria tinham a 8ª série completa e, em 1999, esse percentual subiu para 25,4%. Em termos de 2º grau, a diferença é grande. Em 1992, só 9% dos trabalhadores da indústria tinham o 2º grau completo e, em 1999, o índice era 20,4%. Quanto à formação universitária não é possível observar uma tendência clara.⁴

Quanto aos empregados no comércio, o que se verifica em relação aos trabalhadores com até a 4ª série do 1º grau completa é a mesma situação dos trabalhadores na indústria. Entre 1992/1999, houve uma redução de 50% no montante dos trabalhadores empregados no comércio com este nível de escolaridade, de 20,6% para 10,4%. Em relação aos trabalhadores com 8ª série completa, empregados no comércio, não se constata uma tendência clara. Por outro lado, em relação ao 2º grau completo, observa-se um crescimento da ordem de 100% entre 1992/1999. Em 1992, 10,8% dos trabalhadores tinham 2º grau completo e, em 1999, o percentual era de 21%. Em relação aos trabalhadores com formação superior não se observa uma tendência clara em relação ao emprego comercial.

No setor de serviços, observam-se mudanças significativas no quadro dos trabalhadores com 8ª série, 2º grau e nível superior completos. Cresceram cerca de 100% entre 1992/1999. O percentual de trabalhadores com 8ª série evoluiu de 10,9% para 21,7% e o dos com 2º grau completo saltou de 12,8% para 24,9%. Os trabalhadores com curso superior evoluíram de 11,8% para 21,2% do total dos empregados no setor.

3 TRANSFORMAR PROBLEMAS EM SOLUÇÕES: OPORTUNIDADES PARA GERAR TRABALHO E RENDA

Até agora, diversos municípios têm tido uma atuação passiva em relação à geração de trabalho e renda. Muitos o fizeram visando à busca de recursos externos à comunidade local. A criação de distritos industriais, com o objetivo de trazer grandes empreendimentos, é um exemplo desse tipo de atuação, que gerava novos postos de trabalhos e também novos problemas. Não se trata de fechar as portas do município

¹ Os dados sobre a escolaridade dos trabalhadores empregados no município de Piracicaba foram obtidos através do Banco de Dados Socioeconômicos do Curso de Ciências Econômicas da Unimep.

à entrada de empreendimentos, que devem ser bem-vindos na medida em que contribuam para o desenvolvimento sustentável local. Trata-se de buscar um novo modelo de desenvolvimento que parta das capacidades locais, aproveitando as potencialidades existentes, a partir de um envolvimento da comunidade, que venha ao encontro de uma continuidade cultural, inclusive resgatando aspectos socioculturais, transformando-os em possibilidades econômicas sustentáveis.

3.1 A QUESTÃO AMBIENTAL E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O resíduo sólido urbano gerado é um problema para o município de Piracicaba, principalmente em função do esgotamento da capacidade de armazenamento do aterro sanitário localizado no bairro Pau Queimado, que recebe diariamente 174,6 toneladas de resíduos. Parte destes resíduos poderia ter uma destinação econômica, dado que se constituem em produtos que podem ser reciclados como matéria-prima para a indústria.

Em face disso, cabe ao poder local a elaboração e a implementação de um programa de coleta seletiva, que pode ter maior êxito se realizada de forma descentralizada, envolvendo a comunidade local. A organização de cooperativas de recicladores de resíduos pode ser um importante caminho a ser seguido na geração de trabalho e renda.

Outro caminho de geração de trabalho e renda é a formação de um cinturão verde no entorno da cidade. É importante a realização de um inventário da potencialidade do solo agrícola remanescente, para traçar uma política agrícola municipal que supere o modelo baseado na monocultura canavieira. É possível realizar esse tipo de política destinando áreas relativamente pequenas para a produção de frutas, verduras e legumes, por exemplo. Algumas criações de animais, como a piscicultura e a ranicultura, ocupam áreas reduzidas.

Com relação aos resíduos industriais produzidos no município, pode-se dizer que a partir deles é possível gerar trabalho. Muitos desses resíduos podem ser utilizados como matérias-primas para outras indústrias. Nesse sentido, pode ser realizado um inventário dos resíduos produzidos pela indústria local, que poderia resultar numa espécie de "bolsa de resíduos". A construção civil também desperdiça recursos que podem ser usados pela política habitacional local, barateando o custo da construção de moradias.

3.2 A QUESTÃO SOCIAL E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O desenvolvimento local não se deu de forma sustentável e criou problemas, tais como: carência de moradias, de escolas, serviços de saúde, saneamento etc. O enfrentamento desses problemas sempre implica na geração de trabalho e renda, mesmo que sejam feitos por caminhos tradicionais. Mas é possível fazê-lo envolvendo a comunidade interessada, comprometendo-a com a melhoria do seu espaço.

Com relação ao investimento na construção de equipamentos urbanos, mesmo nas obras tocadas por empreiteiras, deve ser dada preferência à mão-de-obra local, garantindo que a renda gerada no município nele permaneça. Também podem ser organizadas frentes de trabalho com o objetivo de preservar o patrimônio público, executar obras de saneamento, plantio de árvores, manutenção das praças e parques, limpeza de córregos etc.

O governo local pode incentivar iniciativas populares que buscam soluções para problemas sociais. Muitas vezes a comunidade se organiza para reivindicar melhorias nos bairros e dispõe de recursos que necessitariam apenas de complementos pelo poder público.

A cultura e o lazer podem gerar trabalho e renda no município. O estímulo à produção artística e artesanal pode ocupar parcelas da população, movimentando o comércio. Piracicaba, nesse sentido, possui uma casa do artesão e realiza mensalmente a feira de artesanato. A própria formação de artesãos pode gerar novos postos de trabalho.

3.3 AS CAPACIDADES OCIOSAS E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Conforme Ignacy Sachs (1986), a saída da crise deverá se fazer em condições difíceis de restrição externa, acompanhada por disciplina monetária e austeridade financeira, por pressão de problemas sociais que são potencializados pela entrada no mercado, em termos nacionais, de cerca de 1,5 milhão de jovens à procura do primeiro emprego.

O autor considera a importância de não se deixar levar pela perspectiva orçamentária clássica, buscando-se uma análise detalhada dos recursos humanos e físicos desperdiçados, ociosos e latentes que devem ser aproveitados, não através de projetos faraônicos, e sim pelo redirecionamento de quadros técnicos do setor público e do incentivo aos projetos locais, baseados na iniciativa popular.

Em Piracicaba, certamente, encontraremos capacidades ociosas de diversos tipos, destacando-se os terrenos vazios, prédios deso-

cupados, máquinas e equipamentos sem utilização e desempregados. É desejável que se faça um inventário das capacidades ociosas. A identificação das capacidades ociosas possibilita implementação de projetos que visam à sua ocupação, devendo ter resultado positivo na geração de trabalho e renda.

Os terrenos vazios podem ser utilizados para práticas de agricultura urbana, por exemplo. Os prédios desocupados podem ser utilizados por cooperativas industriais, organizadas por trabalhadores desempregados. As máquinas e equipamentos ociosos podem ser aproveitados por pequenos negócios e cooperativas.

3.4 A FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Em relação à escolaridade da população empregada, o que se observa é a exigência crescente de formação escolar básica. A maioria dos trabalhadores que procura o PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) é constituída por indivíduos que não têm esse perfil. Contudo, já não basta a capacitação escolar, é necessária a dupla capacitação, incluindo a capacitação profissional. Algumas providências podem ser tomadas para melhorar a formação do trabalhador, por exemplo: regionalização da formação escolar de adultos, ocupando equipamentos ociosos em alguns períodos. É preciso melhorar as articulações entre a Prefeitura e órgãos como o SENAI, SESI, SENAC, SESC e SEBRAE.

3.5 ABRINDO NOVAS FRENTES

Uma política municipal de emprego e renda deve ir além da constatação e da ocupação das capacidades ociosas. É necessário que se atente para possibilidades latentes ainda não exploradas ou insuficientemente exploradas. Nessa direção, se apresentam algumas possibilidades, tais como o turismo e a diversificação da produção agrícola.

O turismo no município ocorre, só que em pequena escala, apresentando um potencial de crescimento. Um ramo não explorado é o turismo rural. Piracicaba possui muitas fazendas, que podem se dedicar a essa modalidade de negócios. Faz-se necessária a realização de um inventário para identificar as capacidades existentes. Assim como é desejável a realização de um inventário para o turismo rural, também deve ser realizado um inventário para o turismo urbano, que considere

o patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, cultural e as condições de hospitalidade, como rede de hotéis, restaurantes etc.

O município realiza todos os anos diversas festas populares e atividades culturais que devem ser melhor divulgadas, para atrair turistas. Isso poderia abrir possibilidades de geração de trabalho em caráter permanente. Deve ser elaborado um calendário de todos os eventos do município e, utilizando um esforço de propaganda, buscar vender a *imagem* do município como uma cidade que possui atrativos turísticos.

Outra possibilidade que se coloca é o ecoturismo. Nesse sentido faz-se necessário um inventário dos recursos turísticos, como quedas d'água, lagos, matas e, simultaneamente, verificar a possibilidade de intensificar o turismo relacionado ao rio Piracicaba.

A diversificação da produção agrícola pode ser uma frente para gerar empregos. As propriedades familiares podem ir além da monocultura canavieira. É possível e desejável incentivar a pequena agroindústria familiar, criando canais de distribuição e divulgação.

4 AS AÇÕES, OS PROGRAMAS E AS INSTITUIÇÕES EXISTENTES EM PIRACICABA

A Prefeitura possui Secretarias que, direta ou indiretamente, atuam na geração de empregos, como é o caso da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, Secretaria Municipal de Turismo e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES). A SEMDES atua em parceria com o Governo do Estado, em especial com a SERT - Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho. Outras secretarias podem ser envolvidas. A Secretaria da Educação pode contribuir para a capacitação da mão-de-obra, por exemplo

Os programas, as ações e as instituições que cuidam da questão do emprego em Piracicaba são: *PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador*, ponto de ligação entre a população e o Sistema Público de Emprego, tem estrutura moderna e atende às necessidades de trabalhadores e empresas, através da intermediação de mão-de-obra, é possível, através dele, entrar no seguro-desemprego, informar-se sobre legislação, tirar a carteira de trabalho, participar de cursos e obter financiamentos; *Banco do Povo* - a SERT desenvolve o programa Banco do Povo em parceria com a Prefeitura, o Banco volta-se a micro e pequenos empreendedores que têm dificuldades para obter crédito, atuando através dos agentes de crédito, que coletam informações sobre os clientes e encaminham

seus pedidos para um Comitê de Crédito Municipal que os julga; *PROGER - Programa de Crédito* – o Programa de Geração de Emprego e Renda é iniciativa do governo destinada a quem deseja iniciar ou expandir o seu negócio, é mantido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dispõe de linhas de crédito para indústria, comércio e serviços, atendendo pequenas empresas, cooperativas, associações e trabalhadores do setor informal; *SUTACO - Superintendência do Trabalho Artesanato nas Comunidades* - autarquia vinculada à SERT que tem o objetivo de promover o desenvolvimento, a divulgação e a comercialização de produtos artesanais, seu trabalho permite que o artesanato seja utilizado para criar oportunidades de geração de renda e emprego; *Programa Estadual de Qualificação e Requalificação Profissional* - para o seu desenvolvimento, a SERT conta com recursos do FAT e desenvolve parcerias com instituições de formação profissional, a SERT oferece cursos profissionalizantes gratuitos; *COM-emprego - Comissão Municipal de Emprego* - entidade civil tripartite, formada por sindicalistas, empresários e poder público, cujo objetivo é desenvolver ações coletivas para combater o desemprego, buscando dinamizar a economia local, trabalhando em parceria com universidades, órgãos públicos, entidades civis e outros setores organizados; *Banco Social* - projeto da Prefeitura que atende famílias pobres através de crédito facilitado para estimular habilidades e experiências de trabalho, cujo dinheiro vem do PRORENDAS, do Ministério da Previdência e Assistência Social; *Outras Entidades* - o município também conta com a presença de instituições que promovem a qualificação da mão-de-obra, como é o caso do SENAI, que atende adolescentes e adultos, fornecendo cursos profissionalizantes.

O convênio entre a Prefeitura e a SERT com estes programas deve continuar e há, ainda, a possibilidade de ampliação dos programas oferecidos. Se isso ocorrer, poderão ser trazidos para o município o Clube do Emprego, PAE (Programa de Auto Emprego), Poupa Tempo e Meu Primeiro Emprego – Jovem Cidadão. O PAE é uma ação do governo do Estado, desenvolvida pela SERT que, através de um termo de cooperação técnica com a FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, busca diminuir o desemprego pela capacitação organizacional e profissional de residentes em regiões pobres.

Uma crítica que se faz diz respeito à desarticulação entre os diversos programas de geração de empregos. O que ocorre, de fato, são ações isoladas. Além disto, os programas não estão articulados entre as diversas Secretarias Municipais. Eles acabam enfrentando apenas uma

dimensão da condição de vida do trabalhador desempregado. Junto com o desemprego, deverão ser enfrentados os problemas da educação, da saúde, da moradia etc.

É certo que as ações dos programas deverão ser articuladas a partir da política pública municipal de geração de trabalho e renda e esta deve ser a referência para Secretarias Municipais e os programas citados. A COM-Emprego é um espaço no qual a política pode ser discutida, estando envolvidos: poder público, empregados e empregadores do município.

Quanto aos programas que oferecem recursos para a geração de novos negócios, como é o caso Banco do Povo, Banco Social e o PAE, faz-se necessária é uma revisão dos seus critérios de concessão de crédito, buscando adequá-los às necessidades locais. É preciso ampliar o apoio financeiro à formação de cooperativas.

5 OS PARCEIROS E AS POSSIBILIDADES DE PROJETOS

As ações públicas para a geração de trabalho e renda devem pautar-se nas parcerias. Elas possibilitam romper com o clientelismo e o paternalismo, que, ainda marcam as políticas públicas. Em Piracicaba o potencial de parcerias é grande. Do lado do setor público, o Governo do Estado é um grande parceiro. A SERT já implantou os programas: SINE, Sistema Nacional de Emprego, que intermedia mão-de-obra; Banco do Povo (micro crédito); PMQ - Programa Municipalizado de Qualificação Profissional e a SUTACO - Superintendência do Artesanato na Comunidade, que garante a venda de produtos pela da Casa dos Artesãos. Outros órgãos podem ser parceiros, como a CETESB, o DAEE etc.

O setor privado pode ser outro parceiro das políticas públicas de emprego. Podem ser considerados potenciais parceiros: Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, CIESP, SEBRAE, SENAI, SENAC, entre outros. Os sindicatos de trabalhadores, as igrejas e as organizações comunitárias também podem ser parceiros. Piracicaba pode contar, ainda, com importantes universidades que podem tornar-se parceiras pelas práticas de extensão. O papel de articulação de todos esse parceiros cabe ao poder público local.

Partindo da perspectiva de que há condições de serem criadas importantes parcerias, é possível sugerir a realização de alguns projetos: formação de cooperativas e de pequenos negócios; formação do cinturão

verde (verduras, legumes, frutas, piscicultura etc.); frentes de trabalho para a produção de moradias; estímulo ao desenvolvimento da pequena agroindústria familiar (produção de conservas, temperos, embutidos de carnes, derivados de leite, doces caseiros etc. – criar selo de qualidade para produtos locais); frentes de trabalho para preservar o patrimônio público, executar obras de saneamento, plantio de árvores, manutenção das praças e parques, limpeza de córregos etc.; incubadora municipal de cooperativas e pequenos negócios; agricultura urbana (hortas comunitárias, cultivo de frutas etc.); potencialização das atividades artesanais; incubadora de empresas.

São necessários, também, alguns estudos, tais como: inventário das capacidades ociosas (terrenos, prédios desocupados, máquinas e equipamentos sem uso etc.); inventário dos resíduos industriais e da construção civil; estudo da legislação existente no município, para eliminar entraves à abertura de negócios; inventário das possibilidades turísticas.

6 INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP

A sociedade brasileira vem enfrentando sérios problemas sociais decorrentes dos elevados níveis de desemprego e de desigualdades sociais. A exclusão social está cada vez mais presente nos debates acadêmicos e políticos. Não é novidade o reconhecimento da importância do Estado para promover ou acelerar a expansão das atividades econômicas e gerar empregos, assim como não são novidades as dificuldades existentes à continuidade das intervenções públicas. É levando em consideração este cenário perverso que a economia solidária surge como alternativa para os marginalizados do mercado de trabalho, utilizando a figura das cooperativas populares.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgiram a partir do Movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida entre 1992 e 1994, introduzindo as Universidades na significativa movimentação social que tal ação desencadeara. Atualmente, diversas Universidades, integradas à Rede Unitrabalho, uma fundação voltada aos interesses dos trabalhadores, estão desenvolvendo atividades através das ITCPs, auxiliando na montagem de cooperativas e associações.

Para enfrentar este desafio a Rede Unitrabalho adota como princípio o Programa da Economia Solidária cujos procedimentos orientam a formulação de Incubadoras e Cooperativas, numa lógica

que busca assegurar, fundamentalmente, uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho, garantindo um processo de aprendizado coletivo para viabilizar as atividades econômicas ou a empresa antes mesmo que ela venha a funcionar.

No caso da Universidade Metodista de Piracicaba, neste momento, as práticas de incubação respondem à demanda da Prefeitura, interessada em se tornar parceira na transferência do conhecimento da academia para a sociedade. O interesse da administração local pela ITCP pode ser mais bem compreendido através do Programa de Geração de Trabalho e Renda da SEMDES e de uma parceria entre esta e a Secretaria do Meio Ambiente, feita para buscar resolver o problema sócio-ambiental causado pelos resíduos sólidos urbanos e pelo trabalho de pessoas que sobrevivem da garimpagem de materiais no Aterro Sanitário. Então, o Núcleo Local da Rede Unitrabalho da UNIMEP, respondendo ao interesse da Prefeitura, criou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

6.1 O PROJETO RECICLADOR SOLIDÁRIO E O PROJETO COSTUREIRAS E BORDADEIRAS

As práticas de incubação em Piracicaba surgiram a partir de uma demanda da Prefeitura Municipal interessada em se tornar parceira na transferência do conhecimento da Academia para os setores carentes, desempregados, excluídos e em dificuldades de sobrevivência da sociedade local. Assim, a partir de uma parceria entre a Prefeitura e a UNIMEP (Núcleo Local da Rede Unitrabalho), formaram-se dois grupos para a de incubagem. Um é o Projeto Reciclador Solidário e o outro é o Projeto das Costureiras e Bordadeiras, ambos iniciados no final de 2001.

O grupo do Reciclador Solidário é formado por 32 pessoas, a maioria oriunda do Aterro Sanitário Paul Queimado, que está com a capacidade de armazenamento quase esgotada. No período de vigência do Projeto ocorreram diversas mudanças de recicladores, mas, agora, o grupo estabilizou-se. Os recicladores, ao participarem do projeto, passaram a viver uma realidade diferente da que viviam no Aterro. Eles tiveram de se adaptar ao trabalho coletivo. Além disto, melhoraram muito as suas condições de trabalho.

No início o material coletado era pouco mas foi se ampliando mês a mês. Também foi preciso fazer um trabalho de educação ambiental junto aos moradores dos bairros envolvidos (Peres, 2002). O projeto

começou a ser desenvolvido em apenas 3 bairros mas já foi ampliado para outros e há a expectativa de nova ampliação, estendendo a coleta seletiva para toda a cidade.

Após ampla discussão envolvendo os recicladores e os técnicos, foram construídos o regimento interno e o estatuto social da Cooperativa do Reciclador Solidário, cuja Assembléia de fundação foi realizada em 26 de abril de 2003. No momento está sendo feita a documentação da Cooperativa.

Para o sucesso do trabalho foi fundamental a parceria entre a Prefeitura e a ACIPI – Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, UNIMEP e Rede Unitrabalho. A ACIPI doou uniformes, carrinhos e materiais de segurança. A UNIMEP e a Unitrabalho auxiliaram no acompanhamento e organização da Cooperativa. A Unitrabalho subsidia a participação de uma estagiária e de um contador e a UNIMEP contribui com a participação dos professores da Faculdade de Gestão e Negócios.

O principal parceiro é a Prefeitura que cedeu um barracão e um caminhão, estrutura mínima necessária para o desenvolvimento do trabalho, além de fornecer cesta básica, transporte e remuneração/frente de trabalho. Sem esses apoios, os recicladores não teriam como participar do projeto até o momento em que ele estivesse criando receita suficiente para a sobrevivência do grupo. Nos últimos meses, a Prefeitura não vem fornecendo a cesta e a remuneração. A renda do grupo tem permitido o uso dos benefícios em outros projetos. Aos poucos, a Cooperativa assumirá os gastos que a Prefeitura ainda tem com o projeto, como água, energia e telefone.

Além deste projeto, vem sendo desenvolvido um trabalho com um grupo de costureiras e bordadeiras. A trajetória deste grupo tem altos e baixos e a rotatividade dos seus membros atrapalha um pouco. Contudo, um grupo de trabalhadoras tem permanecido estável. Para o grupo é importante a legalização do trabalho, é necessária a obtenção do CNPJ, que possibilitará a emissão de notas e permitirá a obtenção de outros benefícios.

Diversas costureiras do projeto já possuíam máquinas industriais e experiência. Contudo, conforme o grupo foi conseguia trabalho, ficou clara a necessidade de melhorar a capacitação profissional. Então, uma monitora experiente foi cedida pela Prefeitura. A cada dia as costureiras sentem a necessidade de se conhecer a dinâmica do mercado.

Este trabalho também conta com parcerias. A Prefeitura cedeu o barracão, energia, água, técnico na área e assistente social. A Incubadora vem preparando o grupo para a consolidação da Cooperativa. A Rede Unitrabalho conseguiu junto a uma agência internacional, a ICCO, verbas para aquisição de máquinas.

A perspectiva que se tem é a da ampliação das iniciativas locais de geração de trabalho e renda. As parcerias construídas devem ser mantidas e novos parceiros podem ser agregados. Dois novos grupos estão se formando; são eles o disk-faxina e horta orgânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto mostrou que, apesar de as questões relativas à geração e trabalho e renda estarem num espaço mais amplo, as ações no âmbito local não devem ser descartadas. Ficou demonstrado que, a partir do enfrentamento dos problemas locais, os sociais e os ambientais, é possível a elaboração de políticas e projetos voltados à geração de emprego.

Em Piracicaba, o primeiro passo dado foi a construção da Política Municipal de Geração de Trabalho e Renda (MARTINS, 2001), que já tem desdobramentos: realização de seminário envolvendo poder público, sindicatos, universidades e empresários; criação de uma incubadora de empresas e outra de cooperativas; criação de uma cooperativa de recicladores de resíduos e outra de costureiras etc.

Cabe ressaltar que as iniciativas municipais precisam estar articuladas. Assim, as possíveis sinergias não se perdem. A intenção deste artigo não foi a de mostrar receitas prontas, foi a de sinalizar que, a partir da comunidade e das suas questões, é possível buscar respostas para a solução dos seus problemas. Para tanto, fazem-se necessários esforços nessa direção pelos atores sociais locais.

GALLO, Z.; MARTINS, L. A. T. P.; PERES, M. T. M. Facing the issues of the Development of Work and Income: the Partnership between Local Authority and University in the Municipal District of Piracicaba. *Revista ORG & DEMO* (Marília), n. 4, p. 31-30, 2003.

ABSTRACT: the issue of the employment belongs to a larger economic space than the municipal district and it depends on the macroeconomics policies. However, a lot of it

can be done in the local space. In this sense, this text, written beginning on from the proposal of municipal policy of development of work and income, elaborated by the authors to the City Hall of Piracicaba, looks for the discussion, starting from the example of Piracicaba, SP, of ways of create employment and to decrease the social exclusion, highlighting the importance of the partnership among the several local social actors. the text begins characterizing the municipal district and aiming the problems of its growth based on sustainability approaches. To proceed, it analyzes the situation of the local employment, observing the changes in its structure. The actions of the public section in the face of the employment are discussed and appraised and possible ways are suggested. At the end, the text discusses and analyses the partnership experience between the City Hall and UNIMEP, through the Incubator of Cooperatives, linked to the Administration and Business Department and Unitrabalho Net.

KEYWORDS: publics policies; employment; sustainable development; social Inclusion, Cooperative.

REFERÊNCIAS

CETESB. *Diagnóstico do controle da poluição ambiental no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: CETESB, 1994.

_____. *Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo - 1997*. São Paulo: CETESB, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – CBH-PCJ. *Situação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Relatório Zero*. Relatório Técnico Final, fevereiro, 2000.

DOWBOR, L. ; BAVA, S. C. Políticas municipais de emprego. In: BAVA, S. C. (org.) *Desenvolvimento Local - Geração de Emprego e Renda*, 1996.

ESALQ-USP. *Plano diretor da microbacia do Córrego do Ceveiro*. Relatório de Pesquisa. Piracicaba, 1992. v. I

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MARTINS, L. A. T. P.; GALLO, Z. *Política de trabalho e renda: um texto para discussão*. Piracicaba, SP: Prefeitura Municipal de Piracicaba, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Gerência da Política de Trabalho e Renda, 2001.

MARTINS, L. A. T. P. ; GALLO, Z. *Estudo sobre o aproveitamento dos recursos naturais na região de Piracicaba*. Relatório de Pesquisa. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

PERES, M. T. M.; GALLO, Z. ; MARTINS L. A. T. P. (orgs.). *Relatório e avaliação do projeto Reciclador Solidário*. Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba: UNIMEP/FGN : Rede Unitrabalho, 2002.

GALLO, Z.; MARTINS, L. A. T. P.; PERES, M. T. M.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel : Fundap, 1993.

SCARFON, M. L. *Crescimento e miséria: estudo sobre as populações marginais em um município paulista*. São Paulo: Edição Símbolo, 1979. (Coleção Ensaio e Memória).

UNIMEP/FGN. *Piracicaba em dados – caracterização mercadológica do município*. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1997.